



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



17-04-18

SEB

=====

68 TC-004190/989/16

Prefeitura Municipal: Itapuí.

Exercício: 2016

Prefeito: José Eduardo Amantini.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

=====

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, artigo 212	31,41%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, artigo 21, <i>caput</i> e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, artigo 60, XII	78,66%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, artigo 20, III, “b”	50,96%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, artigo 77, III	26,23%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, artigo 29-A, § 2º, I	3,87%	7%
Plano Municipal de Educação - Lei federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, <i>caput</i>	Regular	26-06-15
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional - Lei federal nº 11.738/2008, artigo 2º	Regular	R\$ 2.135,64 ¹
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Regular	A partir de 2020 ²
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei federal nº 12.305/10, artigo 18	Irregular	A partir de 02-08-12
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei federal nº 12.587/12, artigo 24, § 3º	Prejudicado ³	A partir de 2019
Lei da Transparência Fiscal – Lei federal nº 12.527/11, artigos 8º e 9º	Regular	A partir de 18-05-12
Execução Orçamentária - R\$ 1.079.064,59	Déficit de 2,78%	
Resultado Financeiro - R\$ 1.926.086,87	Déficit	
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular	
Precatórios	Regular	
Ordem Cronológica de Pagamentos	Irregular	
Encargos Sociais (INSS, FGTS e PASEP)	Regulares	
Iluminação Pública - O Município instituiu a CIP - Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, conforme Lei Complementar nº 2.480 de 28-12-12.	Regular	
CIDE	Regular	

¹ Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-1136-em-2016-diz-mec.html>

² Art. 26, § 2º, do Decreto 7.217/10, com a redação dada pelo Decreto nº 9.254/17.

³ Obrigatório para Município com população superior a 20.000 habitantes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Royalties	Regular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	9,79%
Restrições do Último Ano de Mandato:	
*Restos a Pagar (Dois Últimos Quadrimestres – Cobertura Financeira) – LRF, artigo 42	Regular
*Aumento da Despesa de Pessoal – LRF, art. 21, parágrafo único	Regular
*Despesas com Publicidade e Propaganda Oficial e Alterações Salariais – Lei federal nº 9.504/97, art. 73, VI, b, e VIII	Regular
*Vedação da Lei nº 4.320/64 (art. 59, § 1º)	Regular

ATJ: Desfavorável	MPC: Desfavorável	SDG: -
-------------------	-------------------	--------

Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

Exercício	IEGM	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
2014	B	B+	B+	C+	B	C+	B	B
2015	B	B+	A	C+	B	C+	C+	B
2016	C+	B	B	B	B	C	C	C

A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de adequação	Baixo nível de adequação

1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ**, exercício de 2016.

1.2 O relatório da inspeção *in loco* realizada pela Unidade Regional de Bauru – UR.02 (evento 32.41) apontou as seguintes ocorrências:

A.1. Planejamento das Políticas Públicas: a LDO não prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor. Não houve aplicação da dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente, podendo trazer futuras consequências negativas no atendimento às necessidades.

A.2. Controle Interno: o responsável teve seu acesso ao sistema de contabilidade bloqueado a partir de agosto de 2016, ficando impossibilitado de extrair os dados necessários para sua atuação.

A.3. Fiscalização Ordenada: a Prefeitura não providenciou adequações ao que foi apontado pela fiscalização.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária: despesas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



pertencentes ao exercício de 2016, no valor de R\$ 51.494,75, empenhadas no exercício de 2017 (ocultação de passivo). Déficit da execução orçamentária (2,78%) aumentou o déficit financeiro do exercício anterior, sendo alertado por 4 vezes.

B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial: elevado déficit dos resultados financeiro, econômico e saldo patrimonial e divergência dos dados da Origem.

B.1.2.1. Influência do Resultado Orçamentário sobre o Resultado Financeiro: o déficit orçamentário do exercício em exame fez aumentar, em 124%, o déficit financeiro retificado do exercício anterior; cancelamento de restos a pagar processados sem apresentação de justificativas; divergência entre o resultado financeiro apurado pela fiscalização e o da origem.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo: não discriminada a movimentação classificada como “outros”; a Prefeitura não possui liquidez em face dos compromissos de curto prazo, em reincidência.

B.1.6. Dívida Ativa: divergências apuradas entre os valores da Contabilidade e o Setor, com lançamento de ajuste inconsistente, denotando falha grave, em reincidência e descumprimento de recomendação; a representatividade dos valores recuperados se mostra muito reduzida (1,83%), demonstrando inocuidade das medidas voltadas ao recebimento dos créditos inscritos.

B.3.1. Ensino: descumprimento de determinação do Acórdão das contas de 2011 (TC-000953/026/11) para depositar valor do FUNDEB não utilizado, em reincidência.

B.3.1.1. Ajustes da Fiscalização: falta de controles adequados pelo Setor de Tesouraria na gestão dos recursos do FUNDEB, em reincidência. Glosa de despesas no ensino sem prejudicar a aplicação mínima.

B.3.1.2. Demais aspectos relacionados à Educação: as atas elaboradas pelo Conselho de Alimentação Escolar são resumidas, não permitindo avaliação efetiva de sua atuação. 98% dos professores da Educação Básica dispõem de formação superior específica.

B.3.1.3. Fiscalização de natureza operacional das redes públicas municipais de ensino: inexistência/insuficiência de recursos pedagógicos e de apoio à atividade docente, em reincidência; sala de aula com metragem/alunos inferior ao recomendado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



B.3.2.1. Ajustes da Fiscalização (Saúde): glosas em despesas da saúde sem prejudicar a aplicação mínima.

B.3.2.2. Outros aspectos do financiamento da saúde municipal: não apresentada ata aprovando a Gestão de Saúde do exercício de 2016.

B.3.3.1. Iluminação Pública: divergência no saldo da conta da CIP.

B.4.1.1. Regime Especial Mensal: divergência nos depósitos efetuados nas contas do TJ.

B.4.1.2. Quitação de precatórios até 2020: o saldo não será todo pago até o final de 2020. Divergência entre o saldo contabilizado de precatórios em 31-12-16 e o valor informado pelo Tribunal de Justiça.

B.5.3. Demais despesas elegíveis para análise: falhas em despesas sob o regime de adiantamento.

B.5.3.1. Gasto com combustível: inexistência de controle de abastecimento de veículos.

B.6.1. Tesouraria: impropriedades no setor de Tesouraria, em reincidência e descumprimento de recomendações.

B.6.2. Almoxarifado: controles deficitários/insuficientes no abastecimento de veículos.

B.6.3. Bens Patrimoniais: não houve o levantamento geral dos bens móveis e imóveis do exercício, em reincidência.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos: quebra na cronologia de pagamentos, em reincidência, e descumprimento de recomendações.

C.1.1. Falhas de Instrução: falhas em processos licitatórios, em reincidência, e descumprimento de recomendações.

C.2.3. Execução Contratual: falhas em execução contratual.

C.2.4. Execução dos Serviços de Saneamento Básico, Coleta e Disposição Final dos Resíduos Sólidos: antes de aterrar o lixo, o Município não realiza tratamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento.

D.1. Cumprimento de exigências legais: descumprimento de exigências legais.

D.2. Fidedignidade dos dados informados ao Sistema AUDESP: divergência entre os dados apurados e os informados no Sistema



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



AUDESP.

D.3.1. Quadro de Pessoal: existência de cargos em comissão que não possuem características de direção, chefia e assessoramento.

D.4. Denúncias/Representações/Expedientes: obstrução ao controle interno sem tomada de providências para regularização.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal: entrega intempestiva de documentos ao Sistema AUDESP, em reincidência e contrariando recomendação das contas de 2011 e 2012; não atendimento às recomendações do Tribunal.

1.3 Regularmente notificada (DOE de 10-08-17 – eventos 36.1 e 40.1), a Prefeitura não apresentou justificativas (evento 42.0).

1.4 **A Unidade de Economia da Assessoria Técnico-Jurídica** (evento 52.1), quanto à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, opinou pela emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas.

A **Unidade Jurídica** (evento 52.2) também firmou posicionamento no sentido da emissão de parecer desfavorável, em razão da situação econômico-financeira, embora o Executivo tenha observado alguns índices constitucionais e legais (ensino e saúde), com proposta de constituição de autos apartados para liquidar despesas impróprias.

A **Chefia** (evento 52.3) endossou tais posicionamentos, pela emissão de parecer desfavorável às contas apresentadas, com proposta de recomendação ao atual Prefeito para que promova o adequado equilíbrio orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial; estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições condicionados à inflação projetada para o período, de acordo com os Comunicados SDG nºs 29/10 e 35/15; regularize e/ou não incida nas falhas apontadas no relatório da Fiscalização, principalmente nos setores de Dívida Ativa, Ensino, Saúde, Precatórios e Pessoal.

1.5 **O Ministério Público de Contas** (evento 59.1), da mesma forma, pugnou pela emissão de parecer desfavorável às contas de 2016,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



com recomendações, uma vez que não se apresentaram dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados por este E. Tribunal de Contas.

1.6 Pareceres anteriores:

2013 – **Favorável**⁴. O parecer desfavorável inicialmente emitido (TC-001610/026/13 – Relator E. Conselheiro EDGARD CAMARGO RODRIGUES, DOE de 03-12-15) foi revisto diante de Pedido de Reexame conhecido e provido (DOE de 11-01-17).

2014 – **Favorável** (TC-000083/026/14 – Relator E. Conselheiro SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, DOE de 27-10-16).

2015 – **Favorável** (TC-002175/026/15 – Relator Conselheiro-Substituto ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, DOE de 09-11-17).

1.7 Dados Complementares:

a) Comparativo da Receita *Per Capita* do Município em relação ao Estado e aos demais Municípios:

ITAPUÍ	2013	2014	2015	2016
Habitantes	12.664	12.837	13.013	13.163
Receita Arrecadada	32.060.598,75	35.472.155,05	36.318.496,94	38.811.182,00
[A] Receita Per Capita no Município	2.531,63	2.763,27	2.790,94	2.948,51
[B] Receita Per Capita no Estado	2.502,33	2.686,80	2.797,86	2.950,97
[C] Média Individualizada	3.045,39	3.316,01	3.320,70	3.570,57
[A] / [B] (em %)	101%	103%	100%	100%
[A] / [C] (em %)	83%	83%	84%	83%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2013	2014	2015	2016
(Déficit)/Superávit	10,85%	3,99%	0,23%	-2,78%

c) Indicadores de Desenvolvimento - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO
IDEB Observado x Projetado

⁴ Motivos: insuficiente aplicação dos recursos do FUNDEB; inconsistências dos registros contábeis e recolhimento de FGTS a servidores comissionados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itapuí		4.6	6.3	6.1	5.7	5.9		4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.1	6.4

Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Município de Itapuí	-	4.6	6.3	6.1	5.7	5.9
Estado de SP – Pública	4.5	4.7	5.4	5.4	5.7	6.4
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Percentuais Alcançados pelo Município

Aplicação (*)	2009	2011	2013	2015	2016
Artigo 212 CF (25%)	26,51%	25,38%	27,60%	27,92%	31,41%
Fundeb (100%)	97,16%	82,29%	99,41%	100%	100%
Artigo 60 ADCT	63,32%	52,74%	66,17%	67,57%	78,66%

Fonte: (*) TC- 000083/026/09 (Exercício de 2009), TC-000953/026/11 (Exercício de 2011), TC-001610/026/13 (Exercício de 2013), TC-002175/026/15 (Exercício de 2015).

d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o “plus” aplicado do FUNDEB, quando houver):

Exercício	Recursos Próprios	FUNDEB - Perda ou Plus (1)	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL	Nº de Matrículas (3)	Per Capita
2013	6.924.869,03	853.873,78	-31.714,75	7.747.028,06	1.315	5.891,28
2015	7.621.390,05	890.290,55		8.511.680,60	1.329	6.404,58
2016	9.058.309,78	1.050.512,18		10.108.821,96	1.530	6.607,07

(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

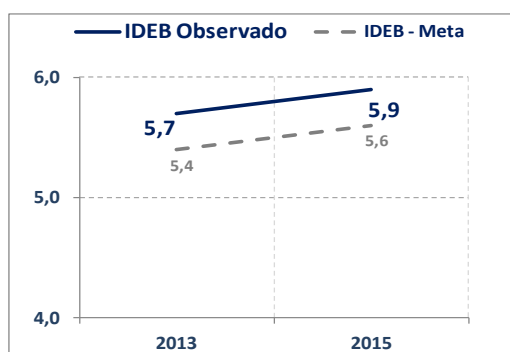
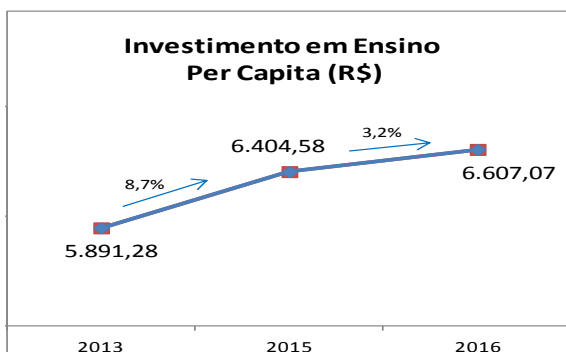
(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



Os gráficos indicam que o Município apresentou, nos exercícios de **2013 a 2016**, crescimento no investimento *per capita* [R\$ 5.891,28 (2013), R\$ 6.404,58 (2015) e R\$ 6.607,07 (2016)]. Em relação ao IDEB, constatou-se um acréscimo nos resultados obtidos [5,7 (2013) e 5,9 (2015)], que, ademais, ficaram acima das metas projetadas.

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de ITAPUÍ** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, saúde, remuneração dos profissionais do magistério, FUNDEB, transferências de duodécimos ao Legislativo, despesas com pessoal, precatórios, remuneração dos agentes políticos e encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP).

A despeito do atendimento aos principais aspectos da gestão administrativa, orçamentária e financeira avaliados por esta E. Corte, observo a necessidade de melhorias nas ações governamentais.

Isto porque, com a implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, ferramenta para mensurar de forma transparente e objetiva a eficácia das políticas públicas municipais em 07 especialidades (Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos e Governança da Tecnologia da Informação), esta Corte de Contas iniciou um novo paradigma de controle externo, ampliando seu modelo e escopo de fiscalização, na busca de uma auditoria por resultados.

Neste contexto, avaliando a eficácia das políticas públicas do Município de Itapuí, o Município apresentou a **nota C+ Em**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



fase de adequação, com **piora**, em relação ao exercício anterior (2015: B). Também os índices do **i-Educ** (2015: B+ / 2016: B) e do **i-Saúde** (2015: A / 2016: B) tiveram resultados inferiores aos do exercício anterior.

Além disso, ressalto os apontamentos efetuados quando da Fiscalização de Natureza Operacional das Redes Públicas Municipais de Ensino (item B.3.1.3), os quais requerem providências imediatas por parte do Gestor.

A instrução indica também que o Município obteve a nota “C” no **i-Amb**, no **i-Cidade** e no **i-Gov TI**, revelando a necessidade de adequações para o aprimoramento desses setores.

2.2 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação de R\$ 188.818,31 (0,48% da receita prevista de R\$ 39.000.000,00).

O resultado da execução orçamentária foi deficitário em R\$ 1.079.064,59 (2,78% da receita efetivamente arrecadada de R\$ 38.811.181,69), não amparado por superávit financeiro do exercício anterior, mas ainda, em limite aceitável por esta E. Corte.

O resultado financeiro foi deficitário em R\$ 1.926.086,87, mas representando 19 (dezenove) dias, aproximadamente, da arrecadação (RCL)⁵, encontra-se, de igual modo, dentro do patamar tolerado por este Tribunal, por não exigir grande esforço fiscal por parte do Município para revertê-lo no exercício futuro.

Assim, e muito embora os déficits orçamentário e financeiro mereçam atenção por parte da Administração Municipal, no caso, entendo que não constituem razão suficiente para comprometer toda a gestão financeira e orçamentária.

O estoque de restos a pagar diminuiu 27,17% em relação a 2015 (de R\$ 5.003.079,95 para R\$ 3.643.679,15) e a dívida de longo prazo decresceu 1,20% em relação ao exercício anterior (de R\$ 52.330.202,81 para R\$ 51.702.525,75).

O saldo da dívida ativa diminuiu 13,25% (passando de R\$ 21.375.161,29 em 2015, para R\$ 18.541.887,67 em 2016) e a disponibilidade

⁵ RCL de 2016 = R\$ 37.456.012,46 ÷ 12 meses ÷ 30 dias = R\$ 104.044,48, referente a 01 dia de arrecadação.

Resultado Financeiro de 2016 = R\$ 1.926.086,87 ÷ R\$ 104.044,48 = 19 dias de arrecadação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



financeira de R\$ 3.949.540,68 frente aos restos a pagar da Municipalidade de R\$ 3.643.679,15 demonstra suficiência financeira de R\$ 305.861,53.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Prefeitura Municipal de Itapuí promoveu abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 7.307.856,64, equivalente a 19,27% da despesa inicial fixada para o Executivo (R\$ 37.923.000,00), sendo que a Lei municipal nº 2.641, de 18-12-15 (LOA), em seu artigo 4º, V, autorizou a abertura de créditos suplementares e/ou especiais até o limite de 10%.

Considerando, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, **advirto** o Município para que atente ao disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal na elaboração do projeto de lei orçamentária, uma vez que a limitação da autorização para abertura de créditos adicionais é medida de prudência fiscal que evita que o orçamento se torne peça de ficção, além de contribuir para o equilíbrio das contas (Comunicados SDG nºs 29/2010, 18/2015 e 32/2015).

2.3 Com relação às **restrições do último ano de mandato**, constata-se que a Prefeitura cumpriu o disposto no artigo 42 da Lei Fiscal, eis que possuía cobertura monetária para despesas empenhadas e liquidadas nos dois últimos quadrimestres.

Quanto à proibição prevista no artigo 59, § 1º, da Lei nº 4.320/64⁶, entendo-a abrangida pelo referido artigo 42, que, com idêntica preocupação, mas de forma mais ampla, *impede a falta de cobertura financeira para despesas incorridas nos dois últimos quadrimestres do mandato e não somente no último mês do mandato do Prefeito*⁷.

A Prefeitura não incidiu na vedação estatuída no artigo 21, parágrafo único, da LRF, uma vez que não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, e atendeu ao artigo 73, VI, letra “b”, e VII, da Lei Federal nº 9.504,97 (despesas com publicidade e propaganda oficial).

⁶ “Artigo 59 (...)

§ 1º - Ressalvado o disposto no artigo 67 da Constituição federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente”.

⁷ A Lei nº 4.320/1964 no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Flávio C. de Toledo Júnior. Sérgio Ciquera Rossi – 1ª ed. – São Paulo : Ed. NDJ, 2005, pág. 166.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



2.4 As demais impropriedades apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.5 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas, com ressalvas, da Prefeitura Municipal de ITAPUÍ, relativas ao exercício de 2016.

2.6 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes **advertências**:

a) Aprimore os mecanismos de planejamento, a fim de que a LDO estabeleça critérios e condições para repasses a entidades do Terceiro Setor, nos termos do artigo 4º, I, “f”, da LRF, e consigne dotação específica para atenção prioritária à criança e ao adolescente.

b) Aperfeiçoe o sistema de contabilidade de modo que o Responsável pelo Controle Interno possa exercer integralmente as suas funções.

c) Regularize os apontamentos efetuados pela Fiscalização Ordenada na área da Transparência, com a indicação precisa no *site* (i) do funcionamento de um SIC físico, (ii) da possibilidade de entrega de um pedido de forma presencial, com a menção ao órgão e endereço; e (iii) dos meios de acesso e identificação do Ouvidor.

d) Acompanhe rigorosamente a gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF, promovendo esforços fiscais com vista a obter equilíbrio entre receitas e despesas.

e) Corrija as inconsistências e divergências contábeis apontadas com relação aos itens “Resultado Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial”, “Influência do Resultado Orçamentário sobre o Resultado Financeiro”, “Dívida de Curto Prazo”, “Dívida Ativa”, “Iluminação Pública” e “Regime Especial Mensal/Quitação de Precatórios”.

f) Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



atentando para os prazos de encaminhamento dos documentos exigidos por esse Sistema deste Tribunal.

g) Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.

h) Aperfeiçoe os mecanismos de cobrança da dívida ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos.

i) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao ensino e atenda à recomendação efetuada no parecer relativo às contas de 2011, efetuando o depósito do valor do FUNDEB não utilizado naquele exercício.

j) Aprimore os recursos pedagógicos e de apoio à atividade docente nas escolas municipais e envide esforços para o fiel cumprimento das normas estabelecidas no Parecer CNE/CEB nº 08/2010 que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a educação básica pública (item B.3.1.3. Fiscalização de Natureza Operacional das Redes Públicas Municipais de Ensino).

k) Adote providências com vista a corrigir as falhas apontadas em despesas sob regime de adiantamento, observando com rigor o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei federal nº 4.320/64 e as diretrizes traçadas por esta Corte (Comunicado SDG nº 19, DOE-SP de 08-06-10⁸), a fim de garantir a transparência, economicidade e razoabilidade nos gastos públicos.

⁸ **Comunicado SDG Nº 19/2010:** "O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta que, no uso do regime de adiantamento de que tratam os artigos 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 1964, devem os jurisdicionados atentar para os procedimentos determinados na lei local específica e, também, para os que seguem:

1. autorização bem motivada do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e não-genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participarão.
2. o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor e, não, um agente político; tudo conforme Deliberação desta Corte (TC-A 42.975/026/08).
3. a despesa será comprovada mediante originais das notas e cupons fiscais; os recibos de serviço de pessoa física devem bem identificar o prestador: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.
4. a comprovação de dispêndios com viagem também requer relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.
5. em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.
6. não devem ser aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios quem venham a prejudicar sua clareza.
7. o sistema de Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



l) Implemente de forma efetiva mecanismos para controle e individualização por veículo dos gastos com combustível.

m) Regularize as impropriedades apontadas no setor de Tesouraria.

n) Providencie o levantamento geral dos bens móveis e imóveis, nos termos do artigo 96 da Lei federal nº 4.320/64.

o) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

p) Adote providências urgentes para a devida regularização das impropriedades constatadas quanto ao tratamento dos resíduos sólidos antes do aterramento.

q) Reexamine seu Quadro de Pessoal, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

r) Promova as medidas necessárias com vista à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEGM, com revisão dos pontos de atenção destacados.

s) Atenda integralmente às recomendações deste Tribunal.

A Fiscalização deverá verificar, na próxima inspeção, a implantação de providências regularizadoras.

2.7 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2018.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO